

Construindo Relações de Igualdade entre Negros e Brancos, por Davi dos Santos**

"Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião.

Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar."

Nelson Mandela

O objetivo do texto que se segue, é versar sobre algumas questões para uma possível reflexão de natureza conceitual e dos valores civilizatórios da África Negra e dos afro-descendentes. Assim, tentaremos fazer alguns encaminhamentos que digam respeito aos erros teóricos com que é tratado esse tema no âmbito da sala de aula. Desse modo, a pormenorização e aprofundamento das análises históricas estruturais ficam posteriormente para uma investigação mais rigorosa.

Ao falarmos do escravismo no Brasil colonial na sala de aula, geralmente os alunos afro-descendentes se sentem desconfortáveis sobre o assunto que acaba gerando um mal-estar. Trata-se, todavia, de algo indigesto; e as razões são evidentes e óbvias, o conteúdo é sempre tratada de forma errada, eivada de preconceito que inferioriza os alunos negros. A rigor, às aulas de História têm sempre um forte discurso que penaliza o povo negro pelo escravismo criminoso, aonde as "vítimas" viraram culpadas. "A história enaltece o bandido que foi o escravizador. Ele continua sendo tratado como senhor dos escravos." Como afirma (Cunha JR. Os negros não se deixaram escravizar P, 2.)

No Brasil, o escravizado foi tratado como um agente inferior, sem história, sem cultura, sem religião, em outras palavras, desprovidos de "civilização". O escravizado não foi tratado como um ser pensante, sujeito da ação social, portador de conhecimento. Na sala de aula e na sociedade, à maneira com que o escravismo é tratado, banaliza o crime contra a humanidade impetrado pelo sistema colonial. O enfoque que se dá, absolvem os culpados e criminaliza o negro; em algumas situações, houve-se à seguinte afirmação. "É o próprio aluno que se discrimina por ser negro".

Assim, comentário como esse, pronunciado até mesmo por docentes, corrobora com a idéia de que inexistente racismo e discriminação no Brasil, e, numa postura de comodismo, acabam "jogando" os mais

de trezentos anos de escravidão nas “costas” do aluno negro que luta contra o drama advindo do preconceito étnico.

Essa é, sem dúvida, uma leitura rasa da realidade, sem o devido exame das bases históricas em que se ancoraram à escravidão. Trata-se isso sim, no dizer de Cunha jr. da pobreza de informações, de equívoco sobre equívoco, da negação do racismo institucional. Não é de se estranhar que o aluno negro se sinta constrangido durante o desenrolar das aulas, pois, faltam abordagens positivas que dêem conta das nuances e das particularidades e riquezas culturais africanas.

Parece lícito assinalar que, às aulas de história só serão positivas se estiverem embasadas numa reflexão de resgate sobre a importância do negro na história, na formação da sociedade brasileira, e na questão da resistência e negação ao trabalho escravo, sobretudo, destacar à liderança de Zumbi dos Palmares como um exemplo de resistência em busca da liberdade coletiva e contra a violência do sistema escravocrata. De nada adianta dizer que, nas palavras de Cunha jr., “o Brasil deve tudo ao negro”, se esse tudo não é exemplificado e compreendido na sua totalidade, e na sua riqueza de detalhes; pois as informações erradas provenientes do meio social são muitas, portanto, não dá para desconstruir preconceito sem os devidos exames teóricos metodológicos. Passados mais de um século da “abolição”, nas ruas e nas escolas, os afro-descendentes ainda continuam sofrendo danos psicológicos na forma da “sutileza” das piadas, como por exemplo: “negro parado é suspeito, correndo é culpado”, “lugar de negro é na senzala”, “macaco”, “negro bandido”, esses e outros ditos pejorativos repetidos a exaustão naturaliza o processo de linchamento social da população negra.

Partindo desses pressupostos de análise, observou deputado federal Dr. Rosinha, 2008 P, 52. “São frequentes as situações de discriminação ocorridas dentro das escolas. É comum o professor fingir que não viu ou minimizar o caso ou então dizer aos alunos que não é assim que se age”. Atitudes como essas, obviamente só favorece o agressor e acaba criando um clima de impunidade e de conivência, levando o agredido a trilhar mais uma vez no caminho da invisibilidade, da evasão do ambiente de aprendizagem. Retornaremos a esse assunto adiante.

No Brasil, a pobreza tem cor e lugar na geografia urbana. Nas cadeias e nas favelas, a população negra é maioria, no mercado de trabalhos, estão em desvantagem. Essas são questões bastante

preocupantes visto que, estão inseridas em contextos semelhantes ao Apartheid social da África do Sul que institucionalizou a separação dos negros e não negros, ou seja, na forma das leis, a minoria branca tentou dominar a maioria negra dentro de seu próprio país. A estudiosa Maria Palmira em seu livro *O racismo no Brasil*, 2004 p, 12, discorreu sobre a seguinte afirmação. "Existem no Brasil mais pessoas negras do que brancas". Os dados sobre a exclusão material são mais alarmantes ainda, pois, segundo pesquisa da mesma autora, em todos os quesitos, os negros estão em desvantagem, por exemplo: poucos aparecem nas propagandas relacionadas às datas comemorativas, poucos são os docentes negros, na política, quase não aparecem, quase não existem médicos, advogados e jornalistas negros; em fim, quando se trata de cargos de chefia, a distância entre brancos e negros é ainda maior. No quesito salário, a exclusão é a mesma, pelo desempenho das mesmas tarefas, homens negros recebem menos do que os homens não negros, em se tratando das mulheres negras, idem.

O longo caminho em busca da ascensão social

Não obstante, segundo a pensadora Neuza Santos, efetivamente querer se assumir como negro é viver a experiência de já ter sido violentado de forma contínua por conta de suas características genéticas. Querer ser negro é encarar o ego dos que afirmam ser a cor branca o padrão de beleza ideal, pois, seu corpo negro se opõe a identidade branca, da qual é coagido venerar, reprimido pelo preconceito étnico, o negro objetiva cicatrizar as feridas que ainda sangram, na intenção de se tornar branco e se submeter-se ao código de comportamento "tido como branco". Contudo, ascender-se socialmente, é, concomitantemente construir e reviver as dores de uma história de escravização, de quem lutou para manter seu próprio jeito de ver o mundo, numa terra que não era sua pátria, sem que para isso, tenha que emprestar o olhar de outrem; é se projetar como um elemento peculiar que se subordina as injunções da formação social porque o negro se viu obrigado a tomar o branco como referência de identidade. Difícil é elevar-se socialmente estando no seio de uma sociedade aonde ideologicamente os espaços de poder são majoritariamente tomados pelos brancos.

Por conseguinte, o afro-descendente que angaria a elevação social, paga o alto preço de sua identidade, por vezes, distancia-se de seus valores tradicionais africanos, isso se traduz num drama emocional, massacre, negação de sua mãe identidade; porque na ordem escravocrata, a representação do negro como socialmente

inferior era um fato consumado. As seqüelas deixadas pela escravidão são tão profundas que, na visão da autora Neuza Santos Souza em seu livro *Tornar-se negro*, 1983 p, 21 afirma que "Foi com disposição básica de ser gente que o negro organizou-se para a ascensão, o que equivale dizer: foi com a principal determinação de se assemelhar-se ao branco ainda tendo que deixar de ser negro que o negro buscou, via ascensão social, tornar-se gente". A autora Neuza Santos Souza nos faz refletir sobre o drama existencial vivido pelos descendentes de africanos; porque ser bem tratado como gente no seio social, é ser tratado como branco. Ainda segundo palavras da mesma autora Neuza Santos, 1983 p, 2. "A violência racista do branco exerce-se, antes de mais nada, pela impiedosa tendência de destruir a identidade do sujeito negro".

Paradoxalmente, ainda há os que afirmam equivocadamente que os negros discriminam os brancos. Frases com essas só podem partir de quem não aceita abdicar publicamente do seu preconceito, e insiste em manter o "status quo" proveniente das classes burguesas. Será que existe um apartheid social no Brasil? Contudo, o fortalecimento da identidade dos negros brasileiros se coloca como uma possibilidade de enfrentamento da discriminação étnico-social, pois, contudo, nos últimos anos de acordo com a autora Maria Palmira, está substancialmente aumentando o número de pessoas que, naturalmente se assumem como negras. Efetivamente é um dado importante, porém, há muito que fazer, o caminho é muito longo.

Os conhecimentos ocultos e as distorções historiográficas

Na história eurocêntrica, existem versões de que o trabalho escravo teria trazido benefício para o negro. Como se tivéssemos sido trazidos para a civilização portuguesa e retidos de uma suposta "selvageria africana". Contudo, não está dito na historiografia européia que, entre os séculos XII e XVI, as sociedades africanas estavam muito a frente dos europeus em se tratando de conhecimento técnico na produção de alimentos, desenvolveram a Matemática, a Medicina, a metalurgia, as técnicas de mumificação, a grandiosidade do Rio Nilo, o calendário de 365 dias, o sistema de navegação, Império Egípcio de durou mais de trinta séculos, as três Pirâmides do Egito negro etc., é, portanto preciso mostrar a verdadeira África para os afro-descendentes.

Todavia, os livros didáticos de história mostram uma África "selvagem", com muitos animais ferozes, pobre, atrasada comercialmente, sem cultura, sem conhecimento. Por si só, esses argumentos já mostram os equívocos como é tratada a história da

África Negra. É subjacente na educação brasileira a idéia da proteção do culpado, o escravizador e a criminalização do negro e do índio como seres sociais pouco "evoluídos". Idéias falsas como essas, referendam e cristalizam o argumento de que índios e africanos aceitaram a escravidão criminosa. Como já antevisto, outro erro igualmente grave é o de que a escravidão foi branda, doméstica em alguns estados, portanto, sem levar em conta a dinâmica do processo histórico de luta e de negação do processo de escravidão. O fato concreto é que os africanos jamais aceitaram o trabalho compulsório, foram trazidos a força, acorrentados e forte mente vigiados, como mostra o filme "AMISTAD", portanto, no Brasil, o escravismo nunca foi brando. No dizer de Cunha jr., "Como é que um escravismo criminoso pode ser brando"?

É bom lembrar que, durante a escravidão, muitos foram os africanos que fugiam dos engenhos para formar os QUILOMBOS, uma sociedade alternativa à violência da época; os registros históricos indicam que foram muitos os boicotes ao trabalho forçado, causaram prejuízos aos supostos senhores.

Todo esse conjunto de idéias mentirosas reforça o argumento da democracia racial, de que no Brasil os grupos étnicos convivem de forma pacífica e harmoniosa, e que todos são tratados de com dignidades nos espaços públicos. Assim, ao que parece, a integração entre negros e brancos ainda está muito longe de acontecer; é evidente que nos últimos anos houve relativos avanços; como por exemplo, às cotas nas Universidades, às vagas reservadas nos concursos públicos etc.

Os livros didáticos têm que denunciar os mais bárbaros crimes de estupro cometidos pelos europeus contra as mulheres índias e negras. Essa história de meias mentiras ou de mentiras completas, deixa na cabeça dos alunos a seguinte questão: porque os negros e os índios se deixaram escravizar? Como se pode perceber, não é tema fácil de ser trabalhado devido à quantidade de informações erradas que o aluno traz da sociedade.

É preciso contextualizar as aulas de história, primeiro fazendo uma abordagem do povo africano antes da chegada dos europeus no interior da África, focar o processo civilizatório do Continente Negro, bem como os grandes reinos, Mali, Gana e Songai. Posteriormente, focar os danos políticos e sociais causados pela presença dos europeus no Continente, depois analisar a resistência dos africanos quanto à negação da escravidão, em fim, exemplos não faltam, basta

que o professor tenha consciência e vontade política para trabalhar o assunto de forma positiva, como orienta a (lei 10.639) de 2003.

Um projeto ético

O interesse maior em trabalhar a lei deveria advir dos educadores brancos porque, é sabido por todos os negros que, foram os brancos que impuseram a escravidão, o colonialismo, criaram a Inquisição Medieval, construíram o imperialismo, o stalinismo, o vergonhoso nazismo da Segunda Guerra que acarretou na morte de mais de seis milhões de judeus, quer dizer, as práticas de opressão ao longo da História, não foram orquestradas pelos negros, não devemos nada a ninguém. No Brasil, a discriminação étnico-social se esconde atrás da branquidão, e é assim que ele, o "racismo" de acordo com Neuza Santos, 1983 p, 5 "esconde o seu verdadeiro rosto". Não precisamos exaltar a branquidão para nos tornarmos gente; porque é nela que as mazelas da discriminação se ancoram e se solidificam. Mesmo sendo o termo racismo muito utilizado pelos autores, tomarei certo cuidado com relação ao seu uso, pois, por raça, entende-se apenas uma, a raça humana. Ao utilizar o mesmo, colocarei aspas.

Contudo, não podemos mais ficar no silêncio, fingir que está tudo bem. A discriminação contra os negros no Brasil não vai acabar por meio do decreto presidencial; os gestores (diretores) das escolas públicas e privadas conjuntamente com o corpo docente precisam abrir espaços para que esse e outros temas relativos à inclusão das minorias sejam amplamente debatidos. A lei acima referida só será posta em prática se criarmos condições favoráveis a elevação da auto-estima dos alunos e alunas negros, para que estes sintam orgulho de pertencer a esse grupo étnico. De outro jeito, a lei se transformará em letra morta. De acordo com o estudioso Eduardo Oliveira, "quando falamos em luta anti-racista no Brasil, nosso horizonte histórico é a construção da liberdade. Não fomos nós os afro-descendentes, que inventamos o ódio racial e a segregação social por causa da cor da pele ou da origem étnica. Nosso horizonte é a liberdade porque nosso projeto político é ético". (Eduardo Oliveira, Cosmo visão africana, 2006 p.85).

Ainda seguindo a linha de reflexão do mencionado autor, peço permissão para citar dois trechos do discurso mais famoso de Martin Luther King.

"Eu tenho um sonho que um dia nas colinas vermelhas da Geórgia os filhos dos descendentes de escravos e filhos dos descendentes dos donos de escravos poderão se sentar a mesa da fraternidade"

"Eu tenho um sonho que minhas quatro pequenas crianças vão um dia viver em uma nação onde elas não serão julgadas pela cor da pele, mas pelo conteúdo de seu caráter. Eu tenho um sonho hoje".

Esse projeto ético de forte visão de transformação e sensibilidade social defendido pelo grande humanista Luther King, é, e deve ser também o sonho dos que levam avante até as últimas conseqüências, a construção no sentido original do termo, de um ideal de liberdade, de Escola Pública, de democracia, de solidariedade e de paz. Afinal, foram esses ideais que aprisionaram o corpo físico do grande líder negro Sul africano Nelson Mandela que privou-se de sua liberdade durante 27 anos em defesa da liberdade dos seus iguais, porém, seu espírito jamais foi aprisionado porque nunca "traiu" as lutas populares, o desejo de mudanças. Líderes como King, Mandela, Zumbi e Gandhi, sem sombra de dúvida, reforçam os ideais de quem luta por um mundo mais justo e democrático. E para mudar o mundo, é preciso que sejamos sensíveis como eles foram, nos enxergarmos diferentes, olhar o diferente com um desejo de aprendizagem, viver a dor dos outros, resolvermos os problemas dos outros, nos incomodarmos com a miséria dos nossos semelhantes. Esse é o sentido da vida.

O grande pensador argentino Pablo Gentili advoga para o desenvolvimento de uma ética que se afirma na igualdade e no respeito às diferenças com princípio fundamental para a construção da cidadania, merecedora de vontades autônomas que aspiram ser protagonistas de sua própria história. Para tanto, é importante ter clareza das perspectivas que fundamentam as ações dos atores sociais envolvidos. Portanto, cidadania é o fazer de uma prática inquestionavelmente política e alicerçada em valores que definem as práticas sociais em constante movimento. Dito de outra maneira, a escola não pode educar para a cidadania por meio das ações autoritárias do preconceito que separa os grupos humanos. Traremos desse tema mais adiante.

Expansão marítima comercial

Por volta do século XV, estavam em expansão geopolítica e comercial. Esse crescimento econômico se deu inicialmente nas regiões do norte africano a na África Ocidental, nessa expansão comercial, começaram a realizar nas pequenas cidades da costa africana aonde se situavam os pequenos reinos, as grandes piratarias. É sabido que no ano de 1444, 235 africanos foram levados para Portugal, depois de serem aprisionados num ataque pirata na foz do rio Senegal, região de

incontestável potencial econômico. Os aprisionados, entretanto, foram convertidos em escravos em Portugal (Algarve). Por meio de uma bula papal, no ano de 1492, expedida pelo papa Nicolau V, concede à nação portuguesa a soberania sobre as terras invadidas, além do direito de escravizar as nações encontradas. A Igreja Católica teve decisivo papel no escravismo dos portugueses. O decreto papal valeu não só para os africanos, mas também para todos os povos não cristãos. Essas razões puramente comerciais e ilegais levaram os portugueses a intensificar a exploração comercial aos reinos africanos e as cidades asiáticas. Dessa feita, os portugueses iniciaram a produção de açúcar utilizando-se da mão-de-obra africana. É obvio que isso também resultou na colonização do Brasil. A Espanha também foi beneficiada com o documento papal muito semelhante ao de Portugal quando em 1493, permitiu-se a esse país a posse das terras encontradas e a escravização dos povos indígenas que habitavam a América. Posteriormente, todas as nações da Europa participaram do tráfico de cativos africanos que seriam escravizados em terras americanas.

Como podemos perceber, todas as igrejas cristãs e posteriormente a Católica referendaram as agressões e os crimes contra índios e negros, e os motivos não eram meramente religiosos, eram também, econômicos. No Brasil, um caso emblemático foi a expulsão do Frei Leonardo Boff ao defender a participação da Igreja na luta pela transformação social.

Valores civilizatórios

Contudo, o pretexto utilizado pela mesma foi o de que os escravo e índios eram desalmados e que, portanto, estavam predestinados a serem escravizados. O problema é que esses argumentos ardilosos estão arraigados, segundo Cunha jr. por "pastores fanáticos" e "racistas" ao afirmarem categoricamente que as religiões africanas são coisa do diabo. Essa é apenas mais uma forma discriminatória de negação do outro, daquilo que não se enquadra no modelo cristão de religião. Esse problema cultural e religioso, resultou no problema cujas conseqüências se percebe até os dias de hoje. E não para por aí, na atualidade, o Candomblé, a Umbanda e a Macumba têm sofrido fortes estigmatizações, o racismo anti-religiões africanas causam preocupações futuras.

O Candomblé traduz os elementos civilizatórios africanos de modo que, ora está em conflito com o modo de vida ocidental, ora o absorve, esse pressuposto de análise, segundo Eduardo Oliveira, nos permite fazer duas

observações, a primeira: em qual proporção a visão de mundo inerente ao Candomblé é capaz de superar a crise do modelo ocidental, a segunda se compraz em que medida o sincretismo do Candomblé ao absorver os elementos da cultura ocidental, não perde exatamente os alicerces de sua cosmovisão. O fato é que nessa religião, não existe lugar para a discriminação social, de gênero e de sexo, basta dizer que, são as mulheres que ocupam os cargos majoritários, o Candomblé é também chamada de religião arco-íris, por valorizar o diferente algo que efetivamente não ocorre nas outras religiões. (Eduardo Oliveira, Cosmo visão Africana, 2006 p.85,90).

Voltando a falar sobre os livros didáticos, na redação do mesmo, o escravizado aparece sempre de roupas curtas e geralmente apanhando, para dar a impressão de obediência, de submissão, que não reage aos maus tratos, não pensa, não tem sentimentos e vontades, é obediente às ordens do "senhor". Como se fosse despido da trama da História, proveniente das tribos dos homens nús.

Nos textos ilustrativos dos livros, os negros pouco aparecem e quando aparecem, estão sempre amordaçados, numa posição de inferioridade se comparados aos brancos, há textos que induzem as crianças a pensar que a cor branca é a mais bonita; apresentam a "Abolição" como se fosse um presente da princesa Isabel, das elites brancas; a família negra nem é mencionada, é como se não existisse.

Na diáspora africana, isto é, saída forçada dos negros do continente, os africanos trouxeram importantes valores civilizatórios característicos da cultura negra, reelaborada no contexto brasileiro preservando a sua matriz africana. Sobre esses aspectos, salientou o filósofo Eduardo Oliveira "É exatamente por operar substituições simbólicas tradicionais em contextos históricos contemporâneos que a cultura exerce seu poder de sedução sobre a sociedade brasileira". É certo que esses povos africanos no novo mundo, desempenharam as mais variadas atividades econômicas, trabalharam nos engenhos, nas cidades construindo obras públicas, prestaram serviços domésticos, as mulheres negras vendiam comida nas ruas, vendiam garapa de cana-de-açúcar, entre outras atividades culturais prestadas a sociedade brasileira. Ou seja, é importante que os conteúdos dos livros didáticos dêem conta do dinamismo do trabalho do negro no Brasil.

Essas questões abordadas na sala de aula, só ampliam o horizonte dos alunos negros e brancos, e dessa maneira, acreditamos estar contribuindo para uma sociedade justa e igualitária aonde todos possam usufruir de forma democrática de todos os bens sociais.

As aulas dialogam com a ideologia dominante

Evidentemente, uma aula, como diz Cunha JR. "Não se resume a si própria", o professor dialoga com a sua experiência de vida cotidiana, com as informações produzidas por outras ciências, dialoga também com o preconceito socialmente produzido, mas, contudo, o professor dialoga pouco com as informações que deveriam chegar à sala de aula e não chegam. É mais comum na atualidade as aulas conversarem com as imagens das novelas, com o discurso das classes privilegiadas. A violência, o preconceito social contra pobres e negros são transformados num espetáculo midiático, cujo intuito é exaltar a ideologia burguesa. O escravismo é tratado de forma destorcida, longe da realidade histórica.

A própria maneira de falar dos artistas globais produz a hierarquia social, uns falam corretamente e são firmes nas suas atitudes, outros falam errado e estão sempre inseguros, com medo e não sabem nada, a rigor, nas novelas globais a mulher negra sempre aparece da cozinha com uma bandeja nas mãos para servir a família branca européia, ou seja, sua imagem está sempre vinculada ao serviço doméstico. Porém, a mulher branca é apresentada com maquiagem, saias, de salto alto, bolsas e vestidos bem alinhados explicitando por assim dizer, a suposta "beleza branca", a reprodução da injusta ordem social. A rigor, nas novelas da TV globo, à mulher branca nunca aparece da cozinha com a bandeja para servir a família negra. Porque esse tratamento diferenciado? É evidente que isso não é involuntário não está descolado de uma realidade social da escravidão, não aconteceu da noite para o dia. Existe um interesse nítido em desumanizar a figura da mulher negra e do negro.

É desse jeito que as aulas dialogam com o preconceito "racial" amplamente enraizado nas relações sociais, e divulgado pelos meios de comunicação. E você, professor, está atento a essas questões? Já foi discriminado? (a) Por ser negro, por ser gordo, por ser baixo, por ser magro, por ser índio, Por ser mulher? Qual é o seu nível de percepção do racismo na sala de aula? Dá para imaginar como o psicológico do aluno é atingido quando discriminado? Combate as piadas "racistas" nas suas aulas? Você se preocupa com a inclusão das minorias? De outra maneira, aulas podem perfazer parte da pedagogia do racismo por meio de um discurso desatento, sem os devidos exames teóricos.

Ainda seguindo o mesmo raciocínio, na minha experiência profissional enquanto docente, já presenciei situações em que colegas

foram para a sala de aula se posicionar contra as cotas para negros nas universidades públicas, defendendo as mesmas somente para pobres e não para negros. Ora, mal sabe que, a maior parte dos pobres do Brasil é pertencente ao grupo étnico negro, e pouco conhece como se efetivam as políticas afirmativas na prática, pois, elas “favorecem” negros, índios e brancos pobres. Essas práticas são típicas de quem diz que não é “racista”, mas, contudo, reproduz o ódio do racismo em seu discurso, sem mesmo ter lido a lei 10.639, sem saber para quê e por que elas existem. Sobre esse aspecto, assinalou o deputado federal Dr. Rosinha em História e Cultura afro-brasileira, 2008 p, 34.

“A naturalização da violência levou a naturalização da exclusão, as vozes que se levantam hoje contra qualquer política afirmativa de “discriminação positiva” do negro, não argumentam não protestam com a mesma veemência contra a condição subumana da população negra que subsiste sob as piores condições de vida nas favelas, becos e cortiços por todo esse imenso país. E porque essa diferença?”

Nosso interesse não é doutrinar os professores para defender essa ou aquela posição, o objetivo maior é suscitar o debate, arejar as idéias, fazer reflexão sobre esse tema, e posteriormente, se posicionar a favor ou contra, de forma consciente.

“No nosso cotidiano, são muitos os profissionais que não percebem os conflitos raciais existentes e que não compreendem em quais momentos ocorrem atitudes discriminatórias e preconceituosas que impedem a realização de uma sociedade democrática. O problema racial não pode ser posto de lado e esperar, por si, uma solução. É imprescindível identificá-lo. Que todos digamos não ao racismo e que juntos promovemos o respeito mútuo, o respeito ao outro, e a possibilidade de falarmos sobre as diferenças sem medo, sem receio, sem preconceito. Entretanto, embora tal lei exista, ainda são muitos os educadores que não percebem quando o preconceito se manifesta, ou percebem, mas não muda a forma de trabalhar porque não se sente bem, ou mesmo porque não acha isso importante. O resultado está aí, crianças discriminadas, adultos desvalorizados e outros tantos alienados que ainda hoje afirmam que vivemos numa democracia racial”.
Secretaria de educação - Cadernos temáticos, 2005 p, 46

O problema a meu ver se agrava quando o professor, consciente ou não, involuntariamente ou não, passa a transmitir suas opiniões equivocadas para os alunos que estão em pleno processo de formação, e não têm a humildade em rever os seus pontos de vista. É fundamental então pensar que na condição de formador de opinião,

deve atuar em defesa da igualdade de todas as pessoas, dos oprimidos, dos negros, das mulheres, dos índios, dos ciganos, dos brancos pobres, dos homossexuais etc. é, contudo lícito afirmar que a sociedade e a escola ainda não estão preparadas para combater o racismo. É preciso na opinião da estudiosa Neuza Santos 1983 p, 2 que, "abdicaremos rapidamente de nossos velhos hábitos de pensar". Fazer uma revolução mental no sentido de perceber que só se muda uma realidade quando a mesma é conhecida em profundidade, com ações políticas de transformação. O grande revolucionário da América Latina Che Guevara, já idealizava a construção de homens (a) novos, humanistas no sentido mais completo do termo, e isso requer profunda autenticidade, amor, generosidade e respeito pela vida humana. Caso contrário, correremos o risco de passar mais um século na exclusão e discriminação contra a população negra.

Em suma, se por um lado não é e nunca foi fácil descender de pessoas escravizadas como no caso dos africanos, submetidos à condição de objeto, de outro lado, deve ser difícil descobrir-se descendentes de seres humanos escravizadores, ter medo ainda que veladamente de revanches dos que, por séculos foram massacrados, humilhados e desprezados. Para virarmos essa triste página de nossa história, e com o intuito de reeducar as relações étnico-raciais em nosso país, se faz inexoravelmente urgente e necessário emergir as dores e medos gerados ao longo da história da colonização. É de grande relevância entender que, o sucesso de uns, é o ônus das desigualdades e da marginalização de outros. Precisamos definir que projeto de sociedade à Escola Pública quer construir daqui para frente, e começarmos a partir de então, lançar os sólidos fundamentos éticos e morais. Os afro-descendentes não podem mais assumir a culpa do processo violento da escravidão que vitimou seus antepassados. Toda a sociedade brasileira, negros e, sobretudo os brancos, têm o compromisso ético-moral de combater o racismo. Assim sendo, as relações entre os vários segmentos étnicos sociais enseja à troca de conhecimentos, respeito e a solidariedade.

**** Davi dos Santos é professor de História da Rede Estadual de ensino há três anos, co-autor do livro *Heresias Brasileiras*, representante de escola e militante da APP- Sindicato.**

Referências bibliográficas

CUNHA, Henrique jr. Os negros não se deixaram escravizar: Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira. Instituto de pesquisa da Afro-descendência – IPD, sd

OLIVEIRA, Eduardo de. Cosmovisão Africana no Brasil: Curitiba Gráfica Popular, 2006

CHAUI, Marilena. Simulacro do poder Uma análise da mídia, São Paulo: ED. Perseu Abramo, 2006

VENTURE, Gustavo, e outros. Racismo no Brasil percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI, São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2005

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ, GRUPOS DE ESTUDOS II. HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA.

SCHIMIDT, Mário Furley. Nova História crítica. In, escravismo colonial 2. Ed. São Paulo: Nova Geração, 2002

POGRUND, Benjamin. Nelson Mandela - Personagens que mudaram o mundo. São Paulo Ed. Globo, sd.

CHIAVENATO, Júlio j. O negro no Brasil da senzala a abolição. São Paulo: Ed. Moderna, sd.

CADERNOS TEMÁTICOS. LEI 10.636/03. Inserção dos conteúdos de História e Cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares. Secretaria de Estado da Educação superintendência da educação-departamento de ensino fundamental. Curitiba: primavera de 2005.

GENTILI, Pablo. Educar na Esperança em tempos de desencanto. Sexta edição: Rio de Janeiro ED. Vozes, 2001

PORTALAFRO. Discurso promovido por King em 28/08/1963.

Dr., Rosinha. História e Cultura afro-brasileira, Educando para a Diversidade Racial. Publicação do Mandato do Deputado Federal Dr. Rosinha, Curitiba, 2008.

SOUZA, Neuza Santos. Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social, segunda edição Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FILME AMISTAD

LOWLY, Michel. O Pensamento de Che Guevara. São Paulo, Expressão Popular, 1999.